

# Os sistemas mundiais e a produção do ‘desenvolvimento sustentável’\*

Samira Feldman Marzochi\*\*

## Introdução

Pode ser que a Sociedade Moderna não seja – como defende Luhmann –, exatamente o resultado de sucessivas diferenciações funcionais. Mas os conceitos elaborados por este autor e sua maneira de compreender os sistemas sociais, ajudam a visualizar a Sociedade Mundial recentemente transformada.

Meu receio inicial, ao lidar com o texto *O mundo como um sistema*, era “colar” *Sistema e Instituição* forçando demasiadamente a correspondência entre um e outro. Mas vi com a familiaridade que isto não seria uma violência teórica e sim um exercício relevante, baseado na própria elasticidade das teorias. É possível tratar instituições como sistemas institucionais, sobretudo se são novas, de caráter especializado e mundial. Foi também esta a saída para me livrar dos esquemas de interpretação dicotômicos, que não ajudam muito a compreender transformações políticas recentes de alcance mundial, como *cosmopolitismo x realismo, pragmatismo x decisionismo* etc.

Seria preciso ver além da oposição muito reforçada, especialmente na década de 90, entre “atores estatais” e “atores não estatais”, como se estes conformassem dois grandes times no cenário internacional, em constante disputa pelo poder. Esta premissa é equivocada especialmente porque tais atores não podem ser tomados como unida-

---

\* Recebido em setembro de 2003, logo indicado para publicação.

\*\* Graduada em Sociologia, Ciência Política e Antropologia. Mestre em Sociologia da Cultura (Unicamp-2000). Doutoranda em Ciências Sociais sob orientação do Prof. Dr. Renato Ortiz.

des autônomas numa realidade conectada institucional e sistemicamente. Estados e Ongs não são grupos apartados mas instituições atravessadas por sistemas institucionais. Peças da política internacional acopladas por uma mesma lógica econômica de dominação.

O que me interessa, no entanto, não é o sistema mundial como uma unidade completa, nem o caráter especializado dos sistemas sociais, mas o papel da ciência, da técnica e dos especialistas, na ampla configuração institucional em constante 'adaptação' e reestruturação. Para isso, foi importante lançar mão de um outro autor contemporâneo que, dando-se ao trabalho de criticar Luhmann em relação ao seu funcionalismo evolucionista, indica que não deixa de ter com ele um diálogo importante. O conceito de "sistemas peritos", elaborado por Giddens, será aqui muito utilizado. Talvez porque permita imaginar, também de perto e de maneira concreta, 'reencaixada', os *sistemas abstratos* que 'desencaixam' relações sociais dos contextos espaço-temporais.

Os exemplos que Giddens utiliza são até muito práticos, chegando a demonstrar certo fascínio pela sociologia do cotidiano. Mas o conceito de "reflexividade" de que faz uso não está relacionado à reflexão da razão individual e sim à reflexividade própria da Sociedade Moderna. A questão nova embutida neste conceito não se refere estritamente à mudança na maneira de compreender o mundo pelos indivíduos particulares – o que em parte também acontece –, mas ao fato de que a sociedade *reage*, na prática e no pensamento, às suas próprias e práticas e pensamentos.

Talvez seja neste ponto que Giddens e Luhmann possam mais convergir. Para Luhmann, os sistemas sociais reagem, sempre de uma maneira imprevisível, a qualquer tentativa de planejamento. Para Giddens, o pensamento científico, sobretudo o conhecimento sistematizado da própria sociedade, é "subversivo" quando socialmente assimilado: abala estruturas e suspende certezas. Os autores trabalham, de certo modo, com conceitos próximos de *reflexividade*: práticas e pensamentos que sofrem ou levam em conta, permanentemente, as reações do sistema.

Mas Giddens, por trabalhar com os conceitos de *tempo e espaço*, *desençaixe e reencaixe*, *pontos de acesso*, *sistemas com rosto e sem rosto*, *palco e bastidores* (de Goffman), *confiança e risco*, além de partir, diferente de Luhmann, da reflexividade "na vida social moderna" e não apenas "no sistema", adota, sobre a análise dos sistemas, uma perspectiva bem diferente. Luhmann elabora uma teoria da sociedade que se pretende impessoal. Neste sentido, ele é realmente fiel ao conceito de *sistema* como um mecanismo que apenas pode ser pensando em sua totalidade, mas cuja lógica é tão imprevisível quanto seu movimento.

Já Giddens não pretende abandonar completamente a perspectiva do indivíduo em relação aos sistemas. Incorpora o ponto de vista do sujeito perplexo médio da modernidade e acrescenta a esta visão conceitos que possam superar a primeira aparência dos "rostos", "palcos" e "confiança". Apesar de sua parceria atualmente tão impopular com Tony Blair, é preciso reconhecer que a perspectiva do sujeito e da sociedade repartida em "a aparência" e "o mais além", permite contemplar a ação social de indivíduos ou grupos. E a existência de um sujeito, em oposição ao puro cinismo do sistema, por mais patético que seja – mesmo uma espécie de "Mr. Been" trabalhando numa grande multinacional de automotores –, para quem se preocupa em pensar sobre como a humanidade pode mudar a história, é fundamental.

## **O sistema perito ecológico mundial**

A partir da segunda metade do século XX, configura-se um novo modo de produção internacional do conhecimento. A quantidade e a proporção das publicações científicas, escritas em colaboração internacional, cresce de modo regular e dobra no decorrer dos últimos vinte anos. Mas além destas transformações internas à ciência, acrescentam-se também mudanças no campo das relações entre o mundo acadêmico e a sociedade.

Até os anos 50, era mais nítida a separação entre a academia e a sociedade. A produção acadêmica mais recente se caracteriza por

uma "comunicação inversa", da sociedade em direção aos produtores do saber. Num momento de acelerado processo de mundialização, o conhecimento é internacionalmente produzido e socialmente determinado. Resulta, mais especificamente, de relações novas e sutis entre Estado, mercado e indústria.

Em "Política científicada e opinião pública", de 68, Habermas nota que a relação de dependência do especialista, em relação ao político, inverteu-se. "A atividade decisória do político no Estado técnico é apenas fictícia" (p.109). O Estado se torna, assim, um órgão da administração racional e, acrescentaria, internacionalizada. Ele não perde poder aos *peritos* mas os incorpora. A diferença é que o poder do Estado é agora tão técnico, quanto político, e é esta união que permite sua inserção em redes institucionais internacionalizadas. Os Estados se descolam de sua base territorial e desenvolvem diferentes tipos de representação internacional, além da tradicional diplomacia.

Os Estados, conectados a outras instituições como institutos de pesquisa, universidades, organizações não governamentais e multilaterais, conformariam um sistema de alcance mundial. Para Giddens (1991), a natureza das instituições modernas está profundamente ligada à confiança em *sistemas abstratos*, especialmente em *sistemas peritos*. "Ninguém pode optar por sair completamente dos sistemas abstratos envolvidos nas instituições modernas". (pp.87-88)

*Sistemas peritos* significam sistemas técnico-profissionais que organizam os ambientes material e social. São mecanismos de *desencaixe* que deslocam as relações sociais de contextos de tempo e espaço específicos, para outros mais abrangentes. A sociedade moderna é composta destes vários sistemas, sobrepostos, em que normalmente se confia.

Estes conceitos ajudam a pensar o que representa, em termos de produção de conhecimento, a emergência de instituições como as agências especializadas do Sistema da ONU, em relações de cooperação com Ongs. O sistema de Estados Nacionais se apresenta ago-

ra, de modo mais acentuado, como um *sistema técnico mundial de Estados*. Além das burocracias propriamente estatais, situadas em seus respectivos territórios, os países são representados por empresas, instituições multilaterais, organizações não governamentais, instituições de pesquisa, entre outras, que compõem extensões ou transfigurações da diplomacia, em conexões renovadas.

A massa de técnicos e profissionais envolvidos poderia ser caracterizada apenas como *tecnocracia*, termo clássico para designar especialistas que trabalham em burocracias estatais. Mas não se trata apenas de governos nacionais e sim de instituições articuladas internacionalmente. Sistema da ONU e Ongs, neste sentido, são representações máximas da sobreposição destes *sistemas peritos*, a que chamarei *Sistema Perito Mundial*.

Em relação às questões ecológicas, esta realidade fica mais evidente. Os problemas ambientais são pensados nacional e internacionalmente por especialistas de diferentes áreas, inclusive biólogos. Coloca-se a necessidade da multidisciplinaridade sem o que seria impossível compreender a questão em todas as suas dimensões (sociais, políticas, culturais). Quando se trata de problemas ambientais, no âmbito das políticas públicas, planejadas nacional ou internacionalmente, biólogos, médicos, advogados, antropólogos, estatísticos, cientistas políticos, economistas, analistas de sistemas, adquirem a mesma importância.

Agências multilaterais ligadas à ONU, especializadas em questões relacionadas à ecologia, articuladas a Ongs que têm o meio ambiente como tema de trabalho, conformariam um *sistema perito ecológico mundial*. O Sistema das Nações Unidas, tomado em seu conjunto, poderia ser caracterizado como um *sistema perito mundial* que contém em si vários outros *sistemas* ou *subsistemas peritos*, sobrepostos ou em interseção: *sistema perito econômico-financeiro mundial* (FMI + Banco Mundial + Estados membros + Ongs), *sistema perito educacional mundial* (Unesco + Estados membros + Ongs), *sistema perito ecológico mundial* (PNUMA + Estados membros + Ongs) e assim por diante.

## As Ongs no Sistema Perito Ecológico Mundial

As Ongs em cooperação com a ONU são muito diversas. Defendem interesses distintos (econômicos, sociais, culturais, religiosos, científicos, ecológicos) e delas fazem parte especialistas de diferentes áreas. Nem todas representam, necessariamente, a 'sociedade civil'. Funcionam como um conjunto que revela a diversidade de interesses da sociedade internacional, e não exclusivamente da "sociedade civil transnacional". Na ONU, as Ongs podem adquirir *status* de 'consulta' ou 'observação' sobre temas gerais ou específicos, ligando-se a agências especializadas ou a órgãos centrais como o DIP (Departamento de Informações Públicas) ou Ecosoc (Conselho Econômico e Social).

Desde a Rio 92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento), vem aumentando o número de Ongs que demandam *status* de consulta ou observação na ONU. São necessários três anos para obter o *status* consultivo e em raros casos, um ano e meio. A demanda é inicialmente examinada pelo Departamento de Ongs do Secretariado, antes de ser submetido ao Comitê de Ongs que se reúne uma vez por ano. Apenas depois é apresentada aos 54 países membros do ECOSOC.

Uma vez admitidas, as Ongs passam por um novo exame para determinar sua categoria (Ongs de vocação generalista ou especializada). As Ongs então podem nomear 7 representantes com direito de expressão em reuniões. Desde de 1945, menos de dez Ongs tiveram sua associação negada pela ONU ou suspensa. Em janeiro de 2001, na última reunião do Comitê de Ongs para exame dos relatórios quadrienais, dos 450 dossiês avaliados, em três somente foram encontrados problemas, atribuídos a conflitos entre Ongs e alguns Estados membros.

Existem também Ongs inteiramente financiadas por grandes multinacionais, que conseguiram participar das reuniões nas Nações Unidas para a defesa de seus interesses. Do mesmo modo, há organizações não-governamentais financiadas diretamente por governos. Pelas regras do Ecosoc, Ongs não podem receber recursos, em mais

de 30%, de fontes governamentais. Segundo representantes das Nações Unidas, porém, Ongs como estas não passam de 1% no conjunto das organizações creditadas. É difícil, no entanto, contabilizar todas as organizações suscetíveis de receber financiamentos majoritariamente empresariais ou governamentais.

Considerando que os relatórios enviados à avaliação pela ONU são quadrienais e que os financiamentos recebidos não necessariamente podem ter sido registrados em relatórios financeiros semestrais ou anuais de Ongs, como obter garantia sobre as fontes e recursos? Em análises como esta é preciso levar em conta o caráter informal de instituições em que contam muito relações pessoais e não há interferência ou vigilância direta de eleitores, ou governos, sobre as ações realizadas e conexões estabelecidas.

Um aspecto interessante, explorado por Borko Stosic em uma obra de 64, é a correspondência entre eventos de visibilidade internacional e o surgimento de Ongs, notada pelo autor desde o século XIX. O aumento do número de Ongs fundadas entre 1919 e 1929 (25 Ongs por ano em média) está diretamente ligado à criação da Sociedade das Nações. Da mesma maneira, a fundação das Nações Unidas estimula o surgimento de Ongs em proporções inéditas. É impressionante também a relação, percebida em dados numéricos, entre as *Exposições Universais* e a criação de Ongs.

Tal relação indica que as Ongs nasceram para serem vistas, e sem essa preocupação em ocupar espaços com potencial comunicativo, provavelmente não sobreviveriam. Mais que voltadas para a ação prática ou intervenção diferenciada na sociedade, estas organizações se inserem em disputas no campo da linguagem, da publicidade. É claro que os Estados apelam também para o *marketing* político e dependem dele para assegurar o apoio do público. Mas, mesmo sem ele, continuarão arrecadando impostos e pagando seus funcionários, e até que haja nova eleição, o poder está, em situações mais ou menos estáveis, assegurado.

A publicidade não governamental é elementar para a aquisição de recursos, para a demonstração de competência e confiabilidade.

A maioria das Ongs age de maneira ousada e têm êxito ao chamar atenção para causas sociais e ambientais realmente relevantes. O problema é que estas causas, quando apresentadas, vêm acompanhadas geralmente pelo nome da Ong. No fim das contas, as próprias questões das quais a organização pretende tratar, acabam legitimando a importância da organização. Quanto maior o problema considerado pelo público, maiores as chances de a Ong obter sucesso em sua autopromoção.

Enquanto os Estados, bem como os governos locais, são instituições reguladoras e representativas da população circunscrita a um território, uma Ong se alimenta de problemas políticos, econômicos, culturais. Apenas conseguem estar em atividade, enquanto estes problemas existirem. Note-se também que há uma enorme diferença entre movimentos sociais e organizações civis que se institucionalizaram. A necessidade de um movimento de aparecer, chamando atenção para determinadas causas, muitas delas urgentes, é bem diferente de uma disputa internacional, calcada na publicidade, por fontes de financiamento.

No fim dos anos 70, Alain Touraine e sua equipe estudam os movimentos emergentes antinuclear e ambientalista. O estudo conclui que a tecnocracia é a adversária principal desses novos movimentos sociais. Toma posição em favor de uma estratégia para o movimento ecológico: desaconselha que os ambientalistas e os movimentos sociais em geral se transformem em força política permanente, como partidos políticos, e se apresentem em eleições. A condução proposta é que estes movimentos fiquem subordinados ao Partido Socialista, como grupos de pressão, forçando-o a levar em conta novas demandas. A posição expressa por Alain Touraine influenciou amplamente o movimento ecológico em seu início. Mais tarde, porém, tomou rumos diversos.

A criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que resultou da Conferência de Estocolmo de 1972, estimulou a criação e o fortalecimento de Ongs ambientalistas. Segundo documento das Nações Unidas, por outro lado, "a Conferên-

cia de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano foi ela mesma resultado de um papel sem precedentes, desempenhado pelas Ongs, na elaboração da agenda internacional sobre meio ambiente" (UNCTAD, 2000, p.174).

Antes da criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a conservação de recursos naturais fazia parte da agenda da FAO. A Unesco também colaborava com a formação da União para a Conservação da Natureza (IUCN), de 48, que originou, em 61, a Ong WWF (World Wildlife Fund). Na Resolução de dezembro de 1972, que estabeleceu o PNUMA, a Assembléia Geral da ONU convoca Ongs, que têm interesse no campo do desenvolvimento, para colaborar com as Nações Unidas. Mais tarde, durante a Rio 92, a *Agenda 21* defendia a maior participação das Ongs no trabalho conjunto pelo "desenvolvimento sustentável".

É difícil contabilizar todas as Ongs Internacionais existentes no mundo. Muitas delas têm vida efêmera, aparecem ou desaparecem a cada nova oportunidade ou crise. Segundo dados do *Relatório sobre Desenvolvimento Humano do PNUD (2002)*, mais de 2.150 Ongs têm *status* de consulta junto ao Conselho Econômico e Social e 1.550 estão associadas ao Departamento de Informação Pública da ONU. Apenas 251, das 1.550 Ongs associadas ao DIP, estão sediadas em países "em desenvolvimento".

As Ongs são importantes na elaboração de documentos para as Conferências Mundiais, como ocorreu na Rio 92. No entanto, as intervenções orais autorizadas têm suas limitações. Os membros legítimos destas conferências, assim como do Sistema das Nações Unidas, são sempre os Estados. Além disso, entre as Ongs estão representantes de empresa privadas cujas atividades de produção ou serviços interferem de algum modo sobre o meio ambiente. Destacam-se as indústrias petrolíferas, de mineração, farmacêuticas, madeireiras, hidroelétricas, de turismo, de biotecnologia etc., além das indústrias de material bélico como as minas antipessoais.

O mercado assimilou a linguagem do "desenvolvimento sustentável" e as maneiras de acesso ao Sistema da ONU. Nas confe-

rências que seguiram à assinatura da Convenção sobre a Diversidade Biológica (na Rio 92), o número de Ongs industriais/empresariais era cinco vezes maior que o número de representantes da “sociedade civil”. A indústria de biotecnologia tem participado de todas as Conferências Internacionais, desde a Rio 92. Entre a primeira reunião do grupo de trabalho sobre bio-segurança e a quinta, a porcentagem de Ongs do setor industrial passou de 29% à 59%.

A atividade de elaboração das pautas para a agenda de discussão, em âmbito mundial, bem como a formulação dos modelos de desenvolvimento e definição de metas, não deixa de ser um exercício de negociação. A despeito das diferenças de poder dentro do Sistema da ONU, organizações e agências têm interpretações divergentes dos problemas, diferentes sentidos de relevância e compromissos variados com Estados Nacionais, corporações privadas, agências de financiamento, grupos sociais, causas ambientais ou outras.

Neste processo, saliente-se o papel das produções acadêmicas. A sintonia entre os debates políticos, e as discussões nas universidades sobre temas da política internacional, é decisiva para a elaboração de conceitos e organização de idéias. Intelectuais, acadêmicos e mesmo as instituições universitárias, não podem controlar, entretanto, a maneira como estes conceitos e idéias são apropriados. Muitas vezes, chegam prontos à academia e são apenas traduzidos para a linguagem científica.

## **A produção do desenvolvimento sustentável**

A noção de “desenvolvimento sustentável” se tornou conhecida quando adotada pelo Relatório Brundtland (ONU, 1987) que criticava o modelo de desenvolvimento contemporâneo. Segundo o Relatório, este modelo segue padrões de crescimento não sustentáveis a longo prazo. Por sua vez, o relatório tem sido questionado pelas Ongs dos países do “Sul”, por ignorar as desigualdades entre “Sul” e “Norte”. Para as Ongs, está sendo imposto, aos países em desenvolvimento, os custos sociais e ambientais do crescimento dos países desenvolvidos.

O Relatório Brundtland está na base da organização da Rio 92. Intitulado *Nosso Futuro Comum*, é publicado em 87 pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Apesar dos problemas já levantados, e da vulgarização do conceito de *desenvolvimento sustentável*, definido como “desenvolvimento que responde às necessidades atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”, seu mérito é inscrever a política ambiental no contexto das preocupações econômicas, sociais e políticas, dos Estados Nacionais.

A partir dos anos 90, a noção de *desenvolvimento sustentável* se impõe aos atores internacionais. O conceito é estendido à economia, como testemunham as recentes conferências da OCDE, que o escolheram como tema central das reuniões de 2001. Mesmo ainda vago, o conceito se tornou também um quadro de referência para se pensar a globalização da economia.

Resultado de disputas freqüentemente insolúveis entre interesses políticos, econômicos e ambientais, o conceito está em constante mudança e adaptação. É produzido, internacionalmente, pelo *sistema perito ecológico mundial*, composto de agências especializadas da ONU e de Ongs voltadas às questões ecológicas. É possível acompanhar a produção e as transformações deste conceito, observando-se as disputas econômicas e políticas, que envolvem agências especializadas e organizações não governamentais. Um exemplo é o atual debate sobre a privatização do fornecimento de água em países da América Latina.

A água tem sido apresentada, internacionalmente, como um problema ambiental grave, assim como a poluição dos mares, o furo na camada de ozônio, o efeito estufa, o desmatamento da Floresta Amazônica, a desertificação na África Subsaariana e a perda de biodiversidade. A forma como o problema da água é apresentado, porém, pode gerar interpretações tendenciosas.

O fato de que a água está sendo poluída e desperdiçada, que os governos, sobretudo os do “Sul” (onde há em geral mais fontes deste recurso), têm administrado mal a sua distribuição e que a tendência é

a escassez futura de água para todos do planeta, tem induzido às seguintes conclusões, defendidas por técnicos e especialistas em todo o mundo: a água deve ser encarada como um produto; a distribuição de água deve ser privatizada; poucas empresas possuem tecnologia adequada ao fornecimento deste serviço. O risco é então deixar que a água se torne monopólio de poucas empresas multinacionais o que pode gerar, do mesmo modo, escassez para a maioria da população e descontrole da qualidade do produto, que não encontra concorrente no mercado.

Desde meados dos anos 70, multinacionais vêm insistindo na necessidade ambiental da privatização dos serviços de distribuição de água. Conquistaram o apoio de especialistas reunidos em múltiplos organismos internacionais profissionais. Nos anos 90, esse trabalho foi consolidado pela implementação de uma verdadeira engrenagem institucional. Em 1994, o Banco Mundial dá seu apoio político e financeiro à criação do Conselho Mundial da Água, que teve o suporte de agências das Nações Unidas como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a UNESCO. O Conselho não é uma organização privada, mas composto de representantes do mundo científico, político, empresarial e de organizações internacionais.

O Banco Mundial sustentou, em 96, a criação da "Parceria Mundial para a Água" (GWP), para favorecer a aceitação internacional da "visão" proposta pelo CMA e promover a Parceria Público-Privado (PPP), condizente com as teses do Banco Mundial. Os processos de privatização da água foram acelerados no decorrer dos anos 90, com a desregulamentação e supressão dos monopólios públicos implementadas pelo Banco Mundial, FMI e OMC.

Em 2001, a reunião da OMC em Catar sobre Comércio e Meio Ambiente, serviu para reforçar o plano de privatização. Num artigo do relatório, exige-se "a redução ou, conforme o caso, a eliminação dos obstáculos tarifários e não tarifários aos bens e serviços ambientais". Segundo esta regra, qualquer tentativa de controle so-

bre a exportação de água, para fins comerciais, passa a ser ilegal. Noutro artigo, ainda, impede-se que os países possam apelar às leis de proteção ambiental, como obstáculos não tarifários.

Durante a elaboração destes projetos, as organizações não governamentais foram chamadas a participar. A cada grande encontro mundial sobre a água, algumas Ongs se transformam em respeitáveis promotoras do projeto de controle privado dos recursos hídricos, ficando à margem Ongs que defendem a água como bem público comum, assim como a gestão pública dos serviços.

### **Ação política na modernidade**

O Sistema das Nações Unidas funciona como uma representação da arena internacional, incluindo os diversos atores da cena política: Estados membros, corporações privadas transnacionais, instituições científicas, associações profissionais, Ongs Internacionais. Pode também evidenciar posicionamentos ideológicos e momentos da história política internacional. Funciona como um modelo sintético dos jogos de força, política e econômica, do cenário internacional.

Em relatórios de avaliação da ONU (Assembléia Geral, 1999), sobre a participação de Ongs, percebem-se conflitos em dois níveis: (1) Estados membros e Ongs e (2) Ongs do "Sul" e do "Norte". As Ongs reclamam da dificuldade de distribuição de documentos oficiais para a participação em reuniões na sede da ONU e da discriminação quanto a segurança. Os Relatórios deixam transparecer a preocupação dos Estados membros em manter as Ongs na posição passiva de consulta. Na prática, a ação das Ongs foi seguidamente considerada com uma certa desconfiança pelos Estados, senão pela própria ONU.

Tal estrutura mundial de agências, programas, conferências, Ongs, Estados membros, não supera a ordem subjacente da divisão de poderes entre Estados, fortes e fracos, cujos interesses são representados nestas instâncias. Toda a estrutura da ONU repousa sobre um sistema de relações entre Estados.

Como já foi dito, o *sistema perito* pressupõe “confiança”, que assim garante a ordem social baseada nestes sistemas. Age especialmente sobre a produção e controle de informações. Informações sobre fracassos técnicos do sistema são bloqueadas, impedidas de “vazar”. A confiança, segundo Giddens, expressa mais um compromisso de fé do que uma compreensão cognitiva dos sistemas. Refere-se a um conceito de Simmel, o “conhecimento indutivo fraco”. “Há um elemento pragmático na ‘fé’, baseado na experiência de que tais sistemas geralmente funcionam como se espera que eles o façam” (Giddens, 1991, p.36).

Os sistema peritos acabam legitimando e mascarando a lógica econômica e política que os configura. Transformam a desigualdade internacional entre Estados numa aparência tecnocrática estável, confiável, de pessoas sérias e profissionais competentes. Ao mesmo tempo, esta característica abre possibilidades.

Há grupos e profissionais, capazes de abalar a confiança em sistemas peritos, sem deixar de fazer parte deles. Exemplos são intelectuais, cientistas, artistas, políticos, escritores, organizações. A produção de informações, por estes sistemas, pode ser usada “reflexivamente”, para fazer a crítica do próprio sistema. Estes atores desempenham um papel *ambivalente*: compõem o sistema de produção de conhecimento porém dele fazem uso de maneira pouco convencional, disponibilizando-o em redes eletrônicas, elaborando campanhas, promovendo eventos, planejando aparições inusitadas, entre outras coisas. A *ambivalência* corresponderia a ações não convencionais sem perda de respeitabilidade profissional ou institucional.

A maneira de abalar a confiança em *sistemas peritos* é geralmente informacional. Os atores devem ser especializados o suficiente para tratar as *informações* do modo mais competente possível, e superar a maneira como convencionalmente são organizadas e difundidas, a ponto de gerar um sistema perito dentro de outro e assim contribuir para a sua reestruturação e diferenciação. Um exemplo de que disponho é a Ong *Greenpeace*, que possui *status* de consulta no Conselho Econômico e Social, no Departamento de Informação Pública, no

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), além de *status* de observadora em agências especializadas como a Organização marítima Internacional (OMI).

O *Greenpeace* esteve recentemente envolvido num conflito com a OMI, criada para a defesa da saúde e segurança dos oceanos. A OMI tentou expulsar a ONG, porque criticava alguns Estados membros, que forneciam licença de navegação a navios-tanque, "cujas medidas ou condições de manutenção estão abaixo do padrão estabelecido por seus próprios países, podendo naufragar ou provocar vazamentos" ([www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br), 23.06.03).

Da OMI faz parte, com *status* de consulta, a "associação industrial de proprietários de supertanques", entre outros grupos empresariais. Segundo o *Greenpeace*, a organização é financiada pela indústria de navios-tanque e cada país paga a esta agência especializada um cota proporcional a sua frota. A Ong reagiu divulgando o conflito, distribuindo informações sobre a legislação internacional relativa à segurança ambiental dos mares, lembrando as ocorrências recentes de vazamento de petróleo provocado por navios, esclarecendo o modo de funcionamento da OMI e ainda evitou, pelo menos temporariamente, a sua expulsão, devido à repercussão do fato na opinião pública.

A própria organização *Greenpeace* tem seus problemas, e é passível de crítica. Da Ong pode sair um grupo irá criar outra organização, melhor ou pior que ela, mas que contribuirá para a complexificação e diferenciação do sistema. Algum dissidente pode escrever um livro criticando entre outras coisas o *Greenpeace*, como foi o caso do dinamarquês Bjorn Lomborg, também amplamente questionado. Todas estas discussões e embates contribuem para que as informações escapem e possam ser avaliadas pelo público. É possível, a partir delas, elaborar algumas opiniões, mesmo que temporárias, de curta validade.

O conceito de *desenvolvimento sustentável* apenas pode ser elaborado de maneira equilibrada, pelo *sistema perito ecológico mundial*, se dele participarem atores de *desempenho ambivalente*, o que correspon-

de à independência financeira e política, competência técnico-profissional, e compromisso exclusivo com questões ambientais.

Os *atores ambivalentes* são aqueles capazes de *furar* os sistemas peritos que compõem o tecido da Sociedade Moderna. Entram e saem de sistemas sem se desligar ou perder características e objetivos. Estes *furors* contribuem para a reestruturação dos sistemas e, conseqüentemente, para a democratização do modo de produção do conhecimento científico. Se Estados e administrações públicas em geral tendem a adaptar-se, necessariamente, à transformação dos *sistemas peritos* de que fazem parte, é a partir deles, e sobre eles, que se pode agir.

## Bibliografia

- ASAMBLEA GENERAL. Opiniones de los Estados miembros, los miembros de los organismos especializados, las misiones de observación, las organizaciones intergubernamentales y las organizaciones no gubernamentales de todas las regiones sobre el informe del Secretario general sobre los arreglos y prácticas para la interacción de las Naciones Unidas. Naciones Unidas, 8 de septiembre de 1999.
- AZULAY, Gérard. *Les théories du développement. Du rattrapage des retards à l'explosion des inégalités*. Collection Ditact Économie. Rennes: PUR: 2002.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 1993.
- BASSIR, Afsané. "Plus de 2.000 organisation non gouvernementales sont accréditées à l'ONU". *Le Monde*, Paris, 4-5 février 2001 (extrait) In: RUBIO, François. *Problèmes Politiques et Sociaux*. n°. 877-878. 2 août 2002. *Les ONGs, acteurs de la mondialisation*. Paris, La Documentation Française.
- BEIGBEDER, Yves. *Le role international des organisations non gouvernementales*. Bruxelles: Bruylant, 1992.
- BRETON-LE GOFF, Gaëlle. *L'influence des Organisations non gouvernementales (ONG) sur la négociation de quelques instruments internationaux*. Bruxelles: Brylant et Éditions Yvon Blais – Une Société Thompson, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GINGRAS, Yves. "Les formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Sciences*. 141-142 Mars 2002. Paris, Seuil.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa I: Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Teoría de la acción comunicativa II: Crítica de la razón funcionalista*. Madrid: Taurus, 1999.

- \_\_\_\_\_. Política científicada e opinião pública. In: *Técnica e Ciência Como Ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- \_\_\_\_\_. "La esfera de lo publico". *Dialética*, ano X, nº17 Diciembre de 1985.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
- \_\_\_\_\_. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: Os pensadores XLVIII. São Paulo: Abril, 1975.
- LUHMANN, Niklas. "A sociedade mundial como sistema social". *Lua Nova. Revista de Cultura e Política* nº.47, 1999.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1963.
- O'CONNOR, David. "Le développement durable". In: MACEDO, Jorge Braga, FOY, Colm et OMAN, Charles P (dir.). *Retour sur le développement*. Paris: OCDE, 2002.
- PERICÁS NETO, Bernardo. "Meio Ambiente e relações internacionais". Contexto Internacional. Ano 4 Número 9 – Janeiro-Junho 1989. PUC/RJ.
- PETRELLA, Riccardo. "A conquista da água". *Cadernos Diplô. A Disputa pelo Ouro Azul*. nº.3, 2003.
- \_\_\_\_\_. "Uma necessidade vital se torna mercadoria". *Cadernos Diplô. A disputa pelo ouro azul*. nº.3, 2003.
- POUPEAU, Frank. "Os desgastes da privatização". *Cadernos Diplô. A disputa pelo ouro azul*. nº.3, 2003.
- SAINTENY, Guillaume. "Élites écologistes et sciences sociales". *Les Études Sociales* nº.134 – 2001. *Les elites professionnelles à l'école des sciences sociales*.
- SHINN, Terry. "Nouvelle Production du Savoir et Triple Hélice: tendances du prêt-à-penser les sciences". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Sciences*. 141-142 Mars 2002. Paris, Seuil.
- STOSIC, Borko. *Les organisations non gouvernementales et les Nations Unies*. Gêveve: Droz, 1964.
- TUBIANA, Laurence. "Le développement durable: un nouvel enjeu de la coordination internationale". *Cahier Française* nº.302 Mai-Juin 2001. *La crise des Organisations Internationales*. Paris, La documentation Française.
- UNCTAD/NGLS/153. *The NGLS Handbook*. Geneva: United Nations, 2000.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Mundialização*. Rio de Janeiro: RECORD, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na mundialização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- WEISS, Pierre. *Le Système des Nations Unies*. Paris: Nathan/HER, 2000.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade* vol. 1. Brasília: Unb, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1968.